Globethics Repository



Os desafios dos movimentos sociais hoje [The challenges of social movements today]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

Item Type	Article
Authors	Fachin, Patricia
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-11-13 07:54:48
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/160576

Os desafios dos movimentos sociais hoje

Na avaliação do sociólogo Rudá Ricci, movimentos sociais e organizações populares "entram no jogo político pela porta dos fundos". Para ele, nessa relação não há transparência porque "não há projeto público"

Por Patricia Fachin

"O ideário dos anos 80 se esgotou, e, a partir dos anos 90, lideranças sociais do país ingressaram na lógica da burocracia estatal e perderam a energia e força moral para impor uma nova lógica política", afirmou o sociólogo Rudá Ricci, à **IHU On-Line**. Para ele, os movimentos sociais foram fracassados, e isso está diretamente relacionado à concepção de comunidade, instituída na origem do movimento.

Ricci defende ainda que o comunitarismo cristão "não conseguiu construir uma lógica política tolerante e voltada para sociedades complexas". Os movimentos sociais que nasceram desta vertente, enfatiza, "acabaram por se fechar em suas pautas específicas e construíram fortes estruturas organizacionais voltadas para si, e não para a sociedade como um todo".

Na entrevista que segue, concedida, por e-mail, o pesquisador também reconhece que ainda existem movimentos sociais que lutam por direitos universais. Ele cita o movimento ambientalista, o qual mantém as características iniciais: "sua força vem da mobilização social, pensando direitos e regras gerais, são pluriclassistas e ainda não se partidarizaram concretamente. Pela própria natureza, pensam projetos de desenvolvimento e do Estado".

Para ele, a dificuldade de ação dos movimentos sociais gira em torno da superação do particularismo. "Ainda estamos vinculados às carências, o que dificulta o salto para a luta por direitos universais, por uma nova lógica de tomada de decisões públicas. E isto acaba sendo o obstáculo para a articulação", menciona.

Rudá Ricci formou-se em Ciências Sociais pela PUC-SP. Na Universidade Estadual de Campinas, realizou o mestrado em Ciência Política e o doutorado em Ciências Sociais. Atua como consultor no Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal e do Instituto de Desenvolvimento. É diretor do Instituto Cultiva e professor da Universidade Vale do Rio Verde e da PUC-Minas. Escreveu o livro *Terra de Ninguém: sindicalismo rural e crise de representação* (Campinas: Editora da Unicamp, 1999). Confira a entrevista.

IHU On-Line - O senhor diz que, na primeira década do século XXI, o ideário que motivou a formação dos movimentos sociais brasileiros revelou-se insuficiente e até mesmo anacrônico. Por quê? O que aconteceu? A que o senhor atribui essa insuficiência?

Rudá Ricci - A primeira grande alteração foi a organização de vários movimentos sociais e a crise de financiamento externo. O caso das pastorais sociais é exemplar. Várias pastorais vinculadas à Teologia da Libertação alimentaram a criação e o ideário dos principais movimentos sociais que emergiram nos anos 80. Contudo, ao se consolidar o MST, MAB e tantos outros movimentos (até mesmo a CUT, que era alimentada pelas pastorais quando ainda existia um movimento de oposições sindicais à estrutura confederativa), as pastorais ficaram sem lugar, numa profunda

crise de identidade. E se enfraqueceram. Foi justamente o período de crise de financiamento externo (principalmente europeu) que atingiu duramente ONGs e pastorais. Muitos alteraram seu padrão de financiamento e abrangência do trabalho desenvolvido. Também foi o período de implantação da lei que criou as OSCIPs. A CUT, por exemplo, vinculou-se fortemente a várias centrais sindicais social-democratas. Alterou, pouco a pouco, seu perfil ideológico. Do ponto de vista nacional, a Constituição Federal de 1988 criou estruturas participativas (como os conselhos de gestão pública) e foi aumentando as parcerias com ONGs e organizações populares a ponto de muitos líderes sociais e entidades (até movimentos sociais) aproximarem-se mais da estrutura burocrática e da pauta de governos que propriamente das lutas sociais de resistência que marcavam sua prática na década anterior.

Finalmente, a vitória paulatina da esquerda em eleições para o executivo municipal, estadual e, depois, para o governo federal gerou uma migração de lideranças sociais expressivas para instâncias de governo. Cito um caso exemplar: o de Avelino Ganzer, um grande dirigente nacional do sindicalismo rural, surgido no Pará a partir do trabalho de agentes pastorais, que ingressou no governo estadual do Pará e sumiu do mapa político do país. O grande problema, contudo, foi uma baixa formulação política. Os movimentos sociais se apoiaram numa luta de resistência, mas não de construção de uma nova institucionalidade pública, mais democrática. Na prática, a resistência sugere a volta ao passado (lembrando o moto dos movimentos messiânicos) ou a benesse (abrindo mão do protagonismo e solicitando que o Estado os ouça). Este é o problema maior. Não existe sujeito político que não seja protagonista da ação.

IHU On-Line – Em seus artigos, o senhor menciona que o comunitarismo cristão dos anos 80 falhou e que o movimento social não conseguiu dar o salto para a construção de uma nova institucionalidade pública. Em que o senhor fundamenta esta crítica? O que faltou ao movimento social para que ele conseguisse avançar nesse sentido?

Rudá Ricci - Na própria concepção de comunidade, que nem sempre combina com o de sociedade. Na sociologia, comunidade é compreendida como uma relação entre iguais, que se solidarizam a partir do afeto, dos valores mútuos.

Forma-se um espírito de corpo nem sempre baseado na razão, na noção consciente do papel individual na construção do coletivo, mas na prática de autodefesa do grupo. É o caso, como ilustração, das torcidas de time de futebol. O conceito de sociedade, ao contrário, não é uma soma de comunidades, mas a construção de racionalidade e regras que definem a convivência entre diferentes. Na lógica societária, cada indivíduo precisa saber qual o seu papel para que o todo funcione, mesmo desconhecendo o que é, efetivamente, o outro, que mora em outro bairro distante do seu, que nem sabe que existe. Os laços afetivos criam forte coesão, mas também podem criar forte sentimento de exclusão ou exclusivismo. Esta é a crítica que democratas fazem ao exclusivismo da democracia direta: sem a democracia representativa, que lhe confere equilíbrio, só quem participa da assembleia é considerado cidadão. Os que faltam, muitas vezes, são acusados de comodismo ou alienação. O comunitarismo cristão, base da Teologia da Libertação, não conseguiu construir uma lógica política tolerante e voltada para sociedades complexas. Os movimentos sociais que nasceram desta vertente acabaram por se fechar em suas pautas específicas e construíram fortes estruturas organizacionais voltadas para si e não para a sociedade como um todo. Na prática, defendem interesses grupais, e não direitos universais. Muitas vezes, este erro ganha uma roupagem discursiva fundada no conceito de luta de classes. Mas é uma mera ilusão retórica. Nem sempre se trata de uma luta de classes, mas apenas de interesses. Veja o caso da luta pela terra no Brasil, que raramente ainda carrega a luta pela reforma agrária. A luta pela terra é uma luta pela propriedade, e a luta pela reforma agrária é uma luta mais geral, de concepção de organização da estrutura fundiária. O discurso parece até envolver os dois. Mas, na prática, só envolve o interesse.

> **"Neste momento, discutem se apoiam Marina Silva ou Dilma Rousseff, como se este fosse o grande tema do país para a ampliação das lutas por direitos e participação social. Novamente, limitam-se à luta partidária, de governo, e não conseguem ir além"**

IHU On-Line - O senhor critica os movimentos sociais pelo fato de eles terem sido engolidos pela máquina pública. Nesse sentido, o que dificultou a construção de uma nova institucionalidade pública por parte dos movimentos sociais? A relação com o Estado é a única justificativa?

Rudá Ricci - Critico alguns movimentos sociais. Os movimentos ambientalistas ainda resistem a esta lógica perversa. Já explicitei que vários movimentos sociais e organizações populares se enredaram numa forte crise de financiamento e até hoje não acharam uma saída que lhes garanta autonomia política efetiva. Algumas organizações populares se isolam à luz do dia.

Outras fazem um discurso radical, mas se apoiam em acordos de bastidor com governos, inclusive declaradamente de direita, o que supostamente seria uma contradição. A relação, no caso, não é com Estado, mas com governos. Explico: grande parte do que eram movimentos sociais são apenas organizações e lutam pela sua própria sobrevivência enquanto tal. E perderam a intenção de elaborar novos direitos e um novo Estado. Fazem um mero jogo político com governos, o que revela uma política mais particularista que a dos anos 80. Governos são forças políticas que dirigem o Estado. Estado é a estrutura permanente que administra tudo que é público. Quando eu limito minha relação com governos, estou fazendo mero jogo político de acordos entre duas partes. Quando penso as políticas de Estado, estou intervindo na estrutura de poder da sociedade, em direitos gerais, na conformação de uma nova institucionalidade. Um é mero jogo. O outro é pensar o país e a democracia como um todo. Os movimentos sociais que se tornaram organizações não pensam, efetivamente, o Estado, mas apenas sua sobrevivência e poder político. Mas ainda restam movimentos que lutam por direitos universais. São poucos, mas criam constrangimentos à regra.

IHU On-Line - O que dificulta a articulação nacional dos diversos movimentos sociais brasileiros?

Rudá Ricci - Pelo que expliquei anteriormente: são exclusivistas e raramente pensam o país. O CONAE acaba de discutir um sistema único da educação sem que as lideranças de saúde fossem convidadas. Como é possível algo tão arrogante, se o SUS é o exemplo maior de sistema único de política pública no país? Nem se pensa em articular uma conferência nacional de educação com a de saúde, justamente porque são campos específicos, com lógicas específicas que, este é o drama, imitam a estrutura de Estado burocrático do país. O Estado burocrático brasileiro é dividido em temas e subtemas, ministérios e secretarias e daí por diante. As organizações populares não poderiam, por definição, ser reflexo desta estrutura de especialização.

Mas como não pensam um novo Estado, mais democrático e relacionado com a vida concreta dos cidadãos (que, no dia-a-dia, se relaciona com territórios e agrupamentos sociais e não com temas específicos), acabam caindo nesta armadilha de se organizarem em estruturas temáticas, quase sempre reflexo da estrutura estatal dominante, antipopular. O que estou querendo afirmar é que o ideário dos anos 80 se esgotou e, a partir dos anos 90, lideranças sociais do país ingressaram na lógica da burocracia estatal e perderam a energia e força moral para impor uma nova lógica política. Abdicaram da ousadia. Algo semelhante ocorreu na Europa do pós-guerra. Restou à França manter lutas sociais por direitos – caso das lutas da periferia de Paris, formada por migrantes marginalizados – ou movimento sindical que enfrenta políticas governamentais que diminuem direitos sociais – caso das greves do correio, para citar um exemplo.

IHU On-Line - O movimento social foi uma das forças políticas que contribuiu para a eleição de Lula. Como o senhor avalia a relação do movimento social com o governo Lula. Quais os ganhos e perdas para o movimento social?

Rudá Ricci - A relação é de subordinação e forte partidarização. Neste momento, discutem se apoiam Marina Silva ou Dilma Rousseff, como se este fosse o grande tema do país para a ampliação das lutas por direitos e participação social. Novamente, limitam-se à luta partidária, de governo, e não conseguem ir além. Houve ganhos no governo Lula, principalmente econômicos. Os salários aumentaram. Houve forte ascensão social. Mas, do ponto de vista político e de estrutura de Estado, houve retrocesso. O governo Lula segmentou os movimentos e organizações sociais em temas. Criou câmaras e arenas de negociação de projetos (como o CDES) sem laços com as bases sociais. Prejudicou sobremaneira a articulação política e a transparência das ações de Estado. Transformou grande parte da agenda de Estado em agenda de governo. Criou forte cooptação política via distribuição de recursos públicos. A distribuição desses recursos não é um equívoco. Mas a forma como é distribuída, sem controle social e sem transparência (somente os líderes sabem efetivamente o que ocorre) é um declarado modelo de cooptação, de troca de favor, de partidarização da sociedade civil. O lulismo se alimentou desta lógica: construiu a imagem de um pai, sábio, sorridente. Personalizou a política. Algo que os movimentos sociais dos anos 80 tanto lutaram para superar. O grande retrocesso é político.

> **"O lulismo se alimentou desta lógica: construiu a imagem de um pai, sábio, sorridente. Personalizou a política. Algo que os movimentos sociais dos anos 80 tanto lutaram para superar. O grande retrocesso é político"**

IHU On-Line - Como os movimentos sociais devem participar do jogo político?

Rudá Ricci - Com autonomia, antes de tudo. Deveriam se articular em fóruns que agreguem os diversos interesses e pautas, pensando o país. Deveriam procurar comandar os 30 mil conselhos de gestão pública existentes, uma rede de poder real totalmente abandonada à sua sorte. Deveriam criar uma rede de Escolas da Cidadania para formação de novas lideranças com capacidade de gerenciar políticas públicas, articulando suas várias escolas e estruturas de formação. É mais que necessário pensarmos numa nova institucionalidade pública do Brasil. O jurista Fábio Konder Comparato[1] sugere a criação de um órgão central de planejamento – algo parecido com o Banco Central do planejamento – com autonomia frente aos governos e com participação de representação da sociedade civil. O Fórum Brasil do Orçamento apresentou proposta de Lei de Responsabilidade Fiscal e Social que responsabiliza governantes que não melhorarem indicadores sociais (podendo até abrir impeachment contra o governante) e aumentando o controle social. Há uma forte discussão para se fechar o Senado porque ele não significa, de fato, uma câmara alta, de representação dos Estados, mas uma mera aristocracia política. Alguns debatem a possibilidade de candidaturas avulsas, sem necessidade de filiação a partidos. Ou de implantação do recall, que cassa o mandato de parlamentares que não cumprirem o que o eleitor desejar. Podemos avançar na participação social dentro dos parlamentos. Por que não temos conselhos de gestão pública em Câmaras Municipais, nas Assembleias Legislativas e Congresso Nacional? Por que só pensamos a participação no nível do executivo? Por qual motivo não impomos aos governantes que indiquem uma lista tríplice para cada secretário ou ministro de uma pasta onde existir conselho de gestão públi-

1 **Fábio Konder Comparato** (1936): advogado, escritor e jurista brasileiro. É professor titular aposentado (em 2006) da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, doutor em Direito pela Universidade de Paris e doutor Honoris Causa da Universidade de Coimbra. Em 2009, recebeu o título de Professor Emérito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. (Nota da **IHU On-Line**)

ca para que o conselho escolha um dos três? Enfim, há tantos temas a serem debatidos para radicalizarmos nossa democracia e controle social, mas os movimentos sociais e organizações populares entram no jogo político pela porta dos fundos. Significativamente, sem que as suas bases sociais entendam o que se discute efetivamente, não há transparência, porque não há projeto público.

IHU On-Line - Qual é o movimento social mais representativo no Brasil? O senhor vislumbra o surgimento de novas forças sociais?

Rudá Ricci - O movimento ambientalista ainda mantém características de movimento social: sua força vem da mobilização social, pensando direitos e regras gerais, são pluriclassistas e ainda não se partidarizaram concretamente. Pela própria natureza, pensam projetos de desenvolvimento e do Estado. O movimento de saúde, pela sua força histórica, ainda mantém traços que ficam no limiar da organização específica, mas não adentraram ainda nesta tentação. Há lutas rurais de minorias, como quilombolas, que também se encontram neste limiar. Mas vários outros, como movimento por habitação, luta pela terra, direitos da criança e adolescente, assistência social, movimento negro, estudantil, para citar alguns, não são mais movimentos sociais e se subordinaram à dinâmica e lógica dos governos. Uma cooptação branca. Há novidades dispersas, muito recentes, que se estruturam em redes (os chamados structural holes), mas que ainda não se esboçam claramente. Quase sempre envolvem lutas ambientalistas, muito modernas e midiáticas, desde o seu início. Havia indícios, no início deste século, de articulações em fóruns e redes sociais, mas que até o momento vivem de maneira errática, marginal à política nacional. Continuam sendo promessas. Neste campo, temos o Fórum Nacional de Participação Popular, a Plataforma dos Movimentos Sociais para a Reforma Política Democrática, a Articulação do Semi-Árido, para citar alguns exemplos.

IHU On-Line - Que desafios a conjuntura atual coloca aos movimentos sociais? Quais são, nesse sentido, seus limites e dificuldades?

Rudá Ricci - A dificuldade é de formulação geral, de superação do particularismo. Ainda estamos vinculados às carências, o que dificulta o salto para a luta por direitos universais, por uma nova lógica de tomada de decisões públicas. E isto acaba sendo o obstáculo para a articulação.

Forma-se, assim, um círculo vicioso: o particularismo impede a formulação de agendas gerais que poderia superar o particularismo. Não se pensa o território como base de organização, mas o tema. O território articula muitos temas e pessoas. É ali que nasce a noção de público. Mas as organizações populares não conseguem pensar os territórios e a engenharia política pública. Como dizia Betinho, pouco antes de morrer: "Há muito ministério no Brasil. O ideal é que fossem apenas três: da infraestrutura, da administração e a dos homens". Uma frase que parece simples, mas que colocava ênfase no ser humano – no que tange às políticas sociais – e não nos temas. As organizações populares brasileiras não conseguem evoluir para esta compreensão.

> "O que ocorre é que a população excluída que desejava ocupação e a volta à terra vem sumindo. A emergência da nova classe C e o aumento da classe D têm repercussão política"

IHU On-Line - O senhor diz que o MST está se isolando politicamente. Na prática, o que isso significa?

Rudá Ricci - Será uma organização marginal. Já não é mais movimento social. Veja o número de ocupações de terra. Despencaram nos últimos cinco anos. No ano passado, superaram pouco mais que 170 em todo o país. O número de acampados, que, na primeira gestão Lula, chegava a 200 mil, agora não passa de 70 mil. Lula prometeu substituir a distribuição de cestas básicas em acampamentos rurais pelo cartão do Bolsa Família. O MST repudiou porque sabe que será uma estocada no seu coração. O que ocorre é que a população excluída que desejava ocupação e a volta à terra vem sumindo. A emergência da nova classe C e o aumento da classe D têm repercussão política. Em 2002, a classe C significava 38% da população brasileira. Em 2010, representa 49,7%. As classes D e E representavam 54% e hoje representam 37%. O número de pobres no governo Lula caiu pela metade. A FGV-RJ estima que, em 2015, os pobres não representem 7% da população. Esta ascensão gerou uma forte ideologia consumista. Obviamente que o apelo do MST vem despencando.

IHU On-Line - Em que medida as transformações sociais dos últimos anos, como a diminuição da desigualdade social e, em parte, econômica, representa um novo desafio para a atuação dos movimentos sociais na sociedade?

Rudá Ricci - O desafio é pensar em dialogar com uma população consumista, individualista (mais de 80% deles afirmam, segundo pesquisas recentes, que só confiam na sua família e desconsideram ações comunitárias) e quase fundamentalista no que tange à religião. Alimenta uma religiosidade privatista, voltada para o ganho pessoal e de sua família, para o conforto e não para a solidariedade. Várias pesquisas recentes, inclusive uma que coordenei para a arquidiocese de Belo Horizonte, revelam um católico mais fechado ao seu bem-estar, refratário às ações públicas. São desorganizados. Todos nós, que sempre lutamos pela ampliação do controle social e direitos sociais, nunca soubemos lidar com a parcela desorganizada da população brasileira. Teremos que reconstruir ações educacionais ou de debate dos valores sociais de nossa população. Temos que equilibrar ações sociais,

na base social, com intervenções nas câmaras de cúpula governamental de políticas sociais (que consomem tanto tempo de nossas organizações). Perdemos a disputa pelos valores morais em nossa sociedade nos últimos quinze anos. Tínhamos esta hegemonia nos anos 80. As pesquisas revelam valores solidários muito mais intensos no conjunto da população. Havia, por exemplo, uma efetiva solidariedade em relação às lutas sociais.

IHU On-Line – Que aspectos devem nortear a prática dos movimentos sociais hoje?
Rudá Ricci - A questão central é superação das pautas exclusivistas e construção de um projeto de Estado, de institucionalidade pública. Se não pensarmos como a população brasileira pode ser efetivamente poder, controlar e governar com os eleitos, criar transparência da máquina pública, reconstruirmos a cultura do funcionalismo público (desprestigiado e arrogante), as lutas sociais formarão uma espécie de passagem dramática numa paisagem de total formalismo político. Como se fosse um "alegro ma non troppo" em meio a um adágio infinito.

IHU On-Line - Que futuro o senhor vislumbra para os movimentos sociais a partir do resultado das eleições presidenciais deste ano?
Rudá Ricci - Com Dilma presidente, a agonia aumentará, porque ela é muito mais dura e tecnocrática que Lula. Não tem compromissos históricos e pessoais como Lula com os movimentos sociais. Não dará as costas, mas continuará e acentuará a lógica atual. Com Serra, já sabemos que o enfrentamento será uma tônica. Veja o tratamento que confere à greve dos professores paulistas. Trata como elemento de disputa partidária porque o PSDB nunca conseguiu ter peso nas lutas sociais brasileiras. É mais analista de gabinete que ator social. Em suma: não teremos dias muito profícuos na próxima gestão. Mas, com Serra, é possível que as lutas sociais ganhem intensidade. Parecerá uma volta, mantendo os velhos problemas. E poderá se partidarizar ainda mais. A solução estará na superação dos próprios fantasmas. Se movimentos sociais e organizações populares não enfrentarem seus fantasmas, estaremos sempre dependentes do próximo eleito. O que é muito pouco para aquilo que desejavam na fase de redemocratização do país.

Leia Mais...

>> Rudá Ricci já concedeu outras entrevistas à **IHU On-Line**. Confira na nossa página eletrônica (www.ihu.unisinos.br).

- *"Com o fim da era dos movimentos sociais, foi-se a energia moral da ousadia"*. Entrevista publicada em 30-11-2010. Disponível em http://migre.me/wMCD;
- *O PT a reboque do lulismo*. Entrevista publicada em 10-9-2009. Acesse no link http://migre.me/wMEA;
- *"Um Brasil mais mosaico do que nunca". Uma análise das eleições a partir de Minas Gerais*. Entrevista publicada em 1-11-2008 e disponível no link http://migre.me/wMFC;
- *"A CUT vai caminhando para ser a antiga CGT do século XXI"*. Entrevista publicada em 2-9-2008 e disponível no endereço eletrônico http://migre.me/wMGW;
- *"Lula não é uma liderança de esquerda"*. Entrevista publicada em 20-9-2006 e disponível no link http://migre.me/wMHL.
- *Movimentos Sociais numa gestão Dilma ou Serra*. Artigo publicado nas **Notícias do Dia** do sítio do IHU em 30-03-2010 e disponível em http://bit.ly/bucNA7
- *O lulismo e a esquerda latino-americana*. Artigo publicado nas **Notícias do Dia** do sítio do IHU em 24-03-2010 e disponível em http://bit.ly/8Y8tBO
- *Comunitarismo e Democracia no Brasil*. Artigo publicado nas **Notícias do Dia** do sítio do IHU em 20-03-2010 e disponível em http://bit.ly/a2S4w4
- *Movimentos Sociais em discussão*. Rudá Ricci responde a Valter Pomar. Artigo publicado nas **Notícias do Dia** do sítio do IHU em 13-12-2009 e disponível em http://bit.ly/ctbaYH

Baú da IHU On-Line

>> Sobre a temática dos movimentos sociais, a **IHU On-Line** já produziu outras edições. Elas estão disponíveis na nossa página eletrônica (www.ihu.unisinos.br).

- *Movimentos sociais. Criminalização é um atentado à democracia*. Edição número 266, de 28-7-2008. Disponível no link http://migre.me/wMSG;
- *Fórum Social Mundial - Sinais, desafios e contradições do outro mundo possível*. Edição número 89, publicada em 12-1-2004. Acesse em http://migre.me/wNfi;
- *Os movimentos sociais no Brasil: novos atores sociais?* Edição número 70, de 11-8-2003, disponível no link http://migre.me/wNhP;
- *Um outro mundo é possível*. Edição número 48, de 2-1-2003 e disponível no link http://migre.me/wNjw.

http://twitter.com/_ihu